

CARDOSO, CLODOALDO MENEGUELLO. *TOLERÂNCIA E SEUS LIMITES: UM OLHAR LATINO-AMERICANO SOBRE DIVERSIDADE E DESIGUALDADE*. SÃO PAULO: UNESP, 2003.

Juliana Amoretti⁷⁸

O autor trabalha o conceito da tolerância enquanto um produto do pensamento moderno em resposta a situações históricas de intolerância, e mostra um caminho para pensar a educação. Critica a racionalidade iluminista ocidental e a universalidade eurocêntrica que vê as demais culturas como subculturas em estágios inferiores, um paradigma que garante unidade e identidade à cultura ocidental. Esse paradigma estaria fundado em dois pilares: um econômico e outro filosófico. Sobre a unidade econômica, Cardoso afirma que

O processo de mundialização do sistema capitalista, tendo seu epicentro na Europa, garantiu a unidade ideológica. Daí porque a história oficial identifica-se com a própria história da civilização do homem europeu (p.13).

Para discutir a unidade filosófica, o autor retoma Heidegger, o pensamento metafísico e o *princípio da identidade*. A identidade aparece no pensamento ocidental fundando o ideal de unidade. “Daí porque, para a metafísica a verdade é universal, una e idêntica a si mesma” (p.16).

Frente à incompletude do projeto educacional da tradição racionalista, voltado para a convivência com o *idêntico*, a verdade universal e a utopia comum, o autor sugere a necessidade de uma educação que valorize uma ética voltada para a convivência democrática, com respeito à diversidade e à tolerância. O sentido da tolerância deverá emergir da tensão entre identidade e diversidade passando pelo debate sobre desigualdades sociais.

O autor desenvolve o seu texto fazendo, primeiramente, uma recuperação dos sentidos da tolerância no pensamento iluminista, pela revisão dos textos de

⁷⁸ Doutoranda do Centro de Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília – CEPPAC / UnB.

Locke, Voltaire e Stuart Mill. Em seguida, busca mostrar ambigüidades entre emancipação e dominação quando, no conceito burguês de tolerância, nutrido pelo pensamento liberal, revela-se historicamente em formas de intolerância. No terceiro capítulo mostra o esforço de organismos internacionais, como a UNESCO, para expandir nos povos a consciência de tolerância, sob um enfoque culturalista, com um sentido novo no pensamento neoliberal em relação à modernidade: o respeito à diversidade cultural. Finalmente, remonta a discussão teórica produzida por ocasião do “Encontro pela tolerância na América Latina e Caribe”, ocorrido no Rio de Janeiro em 1994.

Entre os participantes do citado encontro estavam Paulo Freire (Br), Enrique Dussel (Ar/Mx), Leopoldo Zéa (Mx), Adriano Burgos (Pa), Juan Rivera Palomino (Pe), Maria Pietro (Cu), Sebastião Urrejola (Ch), Carlos Soukiasian (Ar). O resultado do evento fortalece a idéia de que a cultura da tolerância na América Latina e Caribe implica satisfação de necessidades fundamentais da maioria de excluídos pelas desigualdades sócio-econômicas e solução da fome, miséria e marginalização.

A tolerância enquanto reconhecimento da diversidade cultural contrapõe-se à hegemonia de qualquer cultura que domina e marginaliza as demais. Portanto, a tolerância tem limites claros. Não se pode tolerar a intolerância nas relações de exploração entre povos, classes ou grupos sociais. Sem limites a tolerância seria sua própria negação (p.20).

A contradição ao valor “tolerância”, construído sob o signo da ideologia liberal e da filosofia racionalista, está na Razão contendo pólos opostos, como emancipação e despotismo. A razão, a partir da perspectiva iluminista e moderna, emancipa o ser humano; tira o sujeito das trevas levando a ele o conhecimento, a verdade e a iluminação. Isso é analisado através de textos filosóficos. Em Sócrates e Platão o autor reconhece o nascimento da razão ocidental e de seu projeto político. Com Descartes a razão moderna assume função unificadora. A emancipação incluindo seu sentido político é tema do estudo de Kant, que harmoniza a necessidade de ordem civil e o ideal de liberdade da sociedade iluminista. Hegel mostra em momentos dialéticos que quanto maior a racionalidade maior a liberdade do espírito humano.

Nesse percurso filosófico de Platão a Hegel, o autor justifica a importância que a “razão” assumiu na cultura ocidental-européia enquanto causa, instrumento e fim do processo civilizatório. No interior do próprio projeto de emancipação, a razão que liberta o homem gera também sua dominação. A Escola de Frankfurt é apresentada como espaço de crítica ao projeto civilizatório moderno, com referência às obras de Adorno, Horkheimer e Marcuse, que formulam a Teoria Crítica, denunciando a razão instrumental e apontando os perigos do relativismo.

Segundo o autor, a razão iluminista reflete e nutre a ideologia liberal burguesa para a qual a emancipação do indivíduo depende da capacidade de possuir bens. Parte da ideologia liberal não estabelece vínculo entre diversidade cultural e desigualdade social. Assim, ao definir teoricamente a tolerância em relação à diversidade cultural, justifica na prática, a perpetuação da realidade injusta entre classes sociais, povos, nações e regiões ricas e pobres.

O autor, então, apresenta o debate atual sobre tolerância a partir do estudo de Conferências regionais e do Encontro pela tolerância na América Latina e Caribe, realizada no Rio de Janeiro (1994), sintetizando os princípios de tolerância vinculados ao Estado de Direito, à democracia e à liberdade.

Ao discutir um novo princípio para a tolerância, o autor afirma que há uma linha ideológica implícita em cada conceito de tolerância, sendo que no encontro ocorrido no Rio de Janeiro o conceito assumiu uma atitude inovadora e *revolucionária* afastando-se da visão de tolerância *paternalista*.

É a tolerância que se conquista por meio de um diálogo tenso e dramático consigo mesmo e com os outros, estimulado pela educação e garantido por atitudes políticas concretas de superação das desigualdades sociais. É a tolerância que leva em consideração não apenas os direitos humanos civis, políticos e culturais, fundados na liberdade de expressão, mas os socioeconômicos que expressam a dignidade humana pelo princípio da igualdade (p.146).

O trabalho é interessante, mas alguns pontos podem e devem ser criticados. Na introdução de seu livro, o autor marca a diferença entre multiculturalismo liberal e multiculturalismo crítico, contudo, conforta-se com uma conclusão simplificada extraída do Encontro em 1994. Pontua

a importância de se pensar a diversidade e a desigualdade, mas o tema é tolerância na América Latina e Caribe.

Na ampla discussão filosófica apresentada, certamente faltaram referências a Karl Marx. A compreensão marxiana sobre as relações sociais na sociedade capitalista tem contribuições fundamentais para pensar o tema da desigualdade social e de uma série de contradições da realidade atual.

Outro aspecto que o autor poderia ter incluído em sua reflexão seria uma descrição mais ampla do momento histórico em que ocorreu o Encontro pela tolerância na América Latina e Caribe e a importância política e ideológica do encontro. O foco dado ao conteúdo do debate, no âmbito internacional, deixou de fora importantes considerações para refletir a questão da tolerância. Por exemplo, o evento foi realizado em 1994 e 1995, tendo como patrocinantes a UNESCO e a ONU. Justamente neste período estava entrando em vigor o Tratado de Livre Comércio entre as Américas – NAFTA. No México, o levante Zapatista insurgia contra o tratado em um movimento que fortalecia a identidade das minorias indígenas, dos violentados e dos explorados em geral. No Brasil, a igreja católica inicia os protestos do Grito dos Excluídos, questionando a comemoração da independência em um país que há 500 anos é dependente economicamente e politicamente, estabelecendo um cenário de desemprego, analfabetismo e miséria.

Há limites no processo de pensar conceitos como tolerância e multiculturalismo que estão dados pela materialidade da vida social. A defesa da diferença pode transformar-se num processo frágil e tímido se não questiona a ordem de um sistema que é capaz, por exemplo, de reconhecer autonomia jurídica aos povos indígenas, mas incapaz de proporcionar-lhes condições razoáveis de reprodução da vida social. Nesse sentido, para superar os limites do conceito, falar em desigualdade pode ser apenas um começo.